

## Presidentes apóiam tese de preservar Amazônia, mas com desenvolvimento

por Cláudio Kuck de Manaus

O Brasil sai fortalecido neste fim de semana do encontro de presidentes do Tratado de Cooperação Amazônica com o apoio a nível presidencial de suas teses de preservação da Amazônia. Mas com desenvolvimento e soberania, conforme a "Declaração de Manaus". "Foi uma reunião histórica porque pela primeira vez os presidentes da região discutiram soberana e serenamente os problemas ambientais", afirmava o presidente José Sarney, na sexta-feira.

Por sugestão brasileira foi reforçada também a ligação das questões ecológicas com o endividamento externo. "Não se pode pagar a dívida nas condições atuais. Seu tratamento deve basear-se no princípio da co-responsabilidade, em termos que permitam a reativação do processo de crescimento econômico em cada um de nossos países, condição essencial para a conservação e utilização racional de nosso patrimônio natural", disseram os presidentes na declaração final.

O documento ainda pede que em lugar de tentar impor condições para liberar empréstimos internacionais de desenvolvimento, os países industrializados abram novos fluxos de recursos em melhores condições, para projetos ecológicos. "Em vez de tentativas de usufruir lucros comerciais de legítimas preocupações ambientais, esperamos ver a criação de condições para livre acesso à informação científica e tecnológica".

### ENERGIA NUCLEAR

Os presidentes José Sarney, do Brasil; Virgílio Barco, da Colômbia; Rodrigo Borja, do Equador; Alan Garcia, do Peru; Carlos Andres Perez da Venezuela; Hugh Desmond Heyte, da Guiana; Ramsewak Shankar, de Suriname; e o chanceler boliviano Valentim Abecia (o presidente Paz Estensoro não pode comparecer por causa das eleições em seu país) reforçaram também o propósito de usar apenas pacificamente a energia nuclear.

A Declaração de Manaus ainda condenou os arsenais nucleares como um dos maiores riscos globais para o meio ambiente, enquanto o presidente Sarney, várias vezes, criticou os desenvolvidos por sua posição atômica, citando também a responsabilidade deles com a poluição pelo dióxido de carbono, o problema da camada de ozônio. "Por isso precisam



José Sarney

tomar decisões ecológicas semelhantes às nossas."

Um dos países que tem sido mais crítico ao Brasil quanto a Amazônia é a França e o documento do encontro veladamente censura experiências atômicas feitas pelos franceses, como em 1987, no atol de Mururoa no Pacífico, quando chegaram a afundar o navio "Rainbow Warrior" do movimento "Green Peace".

### AJUDA INTERNACIONAL

Sarney e os outros presidentes da região insistiram na tese de que estão abertos para ajuda internacional para conservar a Amazônia, "mas sem jamais abdicar da soberania". Não houve acerto para se mencionar diretamente a questão da conversão da dívida externa em projetos ambientais, uma vez que o governo brasileiro é totalmente contra, enquanto países como o Equador e Bolívia têm projetos em andamento.

Há alguns problemas e resistências de certos países ainda, mas cresce a idéia lançada em Lima por parlamentares da região de criação de um Parlamento Amazônico, para dar mais força às ações do Tratado de Cooperação Amazônica. A discussão maior é de possíveis choques de soberania entre esse Parlamento e os executivos dos respectivos países.

Os diplomatas do Itamaraty comentavam com satisfação que a Declaração de Manaus deu mais amplitude às manifestações anteriores de Brasília e Quito, que foram apenas a nível ministerial e de chanceleres. Um diplomata dizia que o Brasil agora tem um respaldo maior e apoio de sete presidentes, importante nesta hora em que o mundo procura colocar o Brasil como vilão da Amazônia, sem citar outros países da região. Pelo menos, o País já tem com quem dividir responsabilidades e buscar ajuda regional.

## Cientistas e políticos criticam as propostas

por Cláudio Kuck de Manaus

A comunidade científica acompanhou com interesse o encontro dos presidentes do Tratado de Cooperação Amazônica, mas se queixando sempre de não ter nenhuma participação nas reuniões técnicas. "A cooperação científica dentro deste pacto não existe. O que há são organismos dos países desenvolvidos que

financiam projetos de pesquisas nestas nações", lamenta William Nazare, presidente da Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Ele lembra que a Bolívia, por exemplo, converteu parte de sua dívida externa em bônus que garantem áreas de preservação. "Assim, o rio Beni que entra no Brasil com o nome de Guaporé, está praticamente sob controle estrangeiro."

Cita também as dificuldades de integração no problema dos garimpeiros que cruzam e poluem livremente as fronteiras, além do caso das doenças endêmicas, "pois se de um lado o Brasil tenta combater a malária, do outro não há esta preocupação e fica muito difícil".

### ÍNDIOS

Já o diretor em exercício do INPA, Niro Higuchi, espera que no futuro os cientistas não sejam esquecidos e passem a participar dos encontros técnicos e estudos para a Amazônia.

O prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto (PSB), gostou do documento final sobre a questão da dívida externa que não pode ser separada da discussão ambiental, mas cobrou "uma declaração mais viril em relação aos destinos dos povos desses países amazônicos".

Egon Dionísio, da Regional Norte do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), lamentou que no encontro nada tenha sido dito em relação às populações indígenas dos oito países amazônicos, "sobre as quais pairam atualmente as maiores ameaças na região. Não pode haver desenvolvimento com desrespeito aos povos primitivos".

Ele disse que historicamente os governos da região têm se articulado em reuniões e discussões, contra os interesses indígenas.